

Enunciação e referência pronominal: uma análise de charges jornalísticas

Luiz Francisco Dias*
Rosiane dos Santos Ferreira**

Resumo

O texto analisa duas charges publicadas em jornais brasileiros nesta década com o objetivo de estudar o papel do pronome pessoal na constituição de referência. A teoria que fundamenta a análise é a semântica da enunciação. No âmbito dessa teoria, este artigo desenvolve os conceitos de cena enunciativa e de referência. A análise demonstra que uma abordagem enunciativa do pronome permite uma boa compreensão da relação entre o texto da charge e outros textos do jornal.

Palavras-chave: Enunciação. Cena enunciativa. Interdiscurso. Charge. Referência.

Introdução

Estudar a relação entre categorias gramaticais e a constituição da textualidade tem sido uma das preocupações no campo da lingüística contemporânea, principalmente no domínio da semântica. Neste estudo vamos abordar a constituição da referência no funcionamento da categoria pronominal em textos de charge jornalística. Especificamente, trazemos a análise do funcionamento do pronome pessoal “eu” em duas charges recentemente divulgadas: a primeira, a propósito da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição presidencial; a segunda, a propósito da postura de

* Doutor em Lingüística pela Unicamp. Autor do livro *Os sentidos do idioma nacional* e organizador da obra *Texto, escrita, interpretação: ensino e pesquisa*. Publicou diversos artigos sobre categorias gramaticais do português na perspectiva da semântica da enunciação. Atua na graduação e na pós-graduação como professor e pesquisador na Universidade Federal de Minas Gerais.

** Mestranda em Lingüística do Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da UFMG; bolsista do CNPq.

autoridades diante do problema do aquecimento global. Mais especificamente, analisaremos como o pronome funciona na referência, tendo em vista o conceito de modo de enunciação multirreferencial. Esse conceito contempla injunções sócio-históricas que determinam a constituição de referência pelo pronome.

Inicialmente, recuperaremos, de forma breve, a filosofia que configurou a constituição do saber antes do século XIX, no que se refere à referência, e que parece afetar, sobremaneira, a ilusão de evidência que se coloca na construção do saber durante a época moderna. Depois dessa breve retomada, passaremos pela perspectiva de Frege (1978),¹ que será confrontada com a de Ducrot (1984). A seguir, veremos como a noção de referência é tratada no escopo da semântica histórica da enunciação, perspectiva teórica central na fundamentação de nosso trabalho. Em seguida, apresentaremos um outro conceito fundamental nesta teoria, qual seja, o de cena enunciativa. Finalmente, vamos analisar as duas charges, abordadas como cenas, tomando como foco de observação a multirreferencialidade do pronome pessoal “eu”.

A referência

Aepistème clássica, assim chamada por Foucault (2002, p. 428), entendia a linguagem como um poderoso instrumento para se “quadricular espontaneamente o conhecimento das coisas”; a linguagem era considerada

transparente o suficiente para representar, com fidedignidade, o objeto de referência. Supunha-se que as entidades da realidade “existiam por si mesmas” e estavam à espera de uma linguagem que as captasse, as combinasse, as articulasse e desarticulasse, tornando-as “visíveis nas transparências das palavras”:

A vocação profunda da linguagem clássica foi sempre a de constituir ‘quadro’: quer fosse como discurso natural, recolhimento da verdade, descrição das coisas, *corpus* e conhecimentos exatos, ou dicionário enciclopédico. Ela só existe, portanto, para ser transparente [...] na idade clássica, o discurso [materializado por linguagem] é essa necessidade translúcida através da qual passam a representação e os seres [...] a possibilidade de conhecer as coisas e sua ordem passa, na experiência clássica, pela soberania das palavras [...] (FOUCAULT, 2002, p. 428).

Paulatinamente, a perspectiva clássica de representação entra em crise, quando se passa a reconhecer que a linguagem padece das “imperfeições” próprias do humano. Através dos séculos XIX e XX, aos poucos, foram se emoldurando perspectivas de linguagem e de referência que se afastam da idéia de transparência, principalmente pelo reconhecimento de que a linguagem é afetada pelas dissensões sociais.

No final do século XIX, filósofos adeptos do logicismo – Russel e Frege, principalmente – trabalhando em prol do progresso nas ciências matemáticas, propunham uma relação efetiva entre lógica e linguagem, com repercussões na relação entre a linguagem e a re-

ferência. A proposta básica estava na crença de que um objeto do mundo poderia ser alcançado caso se dispusesse de uma linguagem não exatamente transparente, mas estruturalmente lógica, exata, capaz de captar o mundo nessa suposta lógica do dizer.

Frege (1978) conceitua referência como um objeto que pode ser delimitável e que se localize num mundo cuja existência anteceda a linguagem e seja independente dela. Tal delimitação se dá, na ótica do lógico, por possibilidades de sentido que viabilizem a apreensão de um objeto no mundo. Essas possibilidades de sentido são os “modos de apresentação do objeto”, os quais, voltados a uma referência, fundam um nome próprio. Assim, para Frege, cada nome próprio poderia disponibilizar um ou mais modos de ser apresentado, mas sob a exigência de que esse modo contivesse uma estrutura gramatical logicamente depreensível e passível de ser estudada (FREGE, 1978, p. 76).

Como exemplo, consideremos a cidade de Belo Horizonte (BH). Agregados, os sentidos de “capital dos mineiros”, “capital dos botecos” e “terceira maior cidade do Brasil” promovem a intermediação entre o nome “Belo Horizonte” e o lugar físico que se candidata a estar vinculado a este nome (lugar que é autônomo em relação a esses sentidos). Na perspectiva de Frege, quanto mais sentidos, mais caminhos teríamos para falar de BH. Entretanto, o lugar estaria longe de ser abarcado em sua completude: o “sentido de um nome próprio [...] elucida a referência

[...] mas de maneira sempre parcial”, (FREGE, 1978, p. 63). Assim, “capital dos botecos” é apenas um dos aspectos de uma referência pontual, “discretizável” num mundo concreto, apesar dessa parcialidade.

Contemporaneamente, na semântica formal, Oliveira (2001a, p. 100) explica que o sentido de um nome próprio só é válido, e só consegue garantir a delimitação de uma referência concreta, se, p.ex., “capital dos botecos” contiver um valor de verdade (referir-se ao verdadeiro e ao falso). Um valor de verdade, explica Oliveira, “depende das circunstâncias e do mundo em que [uma expressão] é proferida”. Portanto, se num mundo “real” for possível a constatação de que BH é uma capital e de que lá existem de fato muitos botecos, “capital dos botecos” é um modo legítimo, viável e, portanto, contém um valor de verdade sobre a cidade.

Falar em valor de verdade, para Frege, implica também o contrário, isto é, o desvio, a ilogicidade, o que impediria a delimitação de uma referência. Em outras palavras, para Frege é provável que uma expressão tenha sentido sem, contudo, delimitar necessariamente uma referência. Para contornar esse problema, as reflexões fregeanas focalizavam nomes próprios em expressões cuja estrutura lingüística fosse “logicamente perfeita” (FREGE, 1978, p. 76), que implique um valor de verdade e, de fato, pontue efetivamente uma referência num mundo concreto:

É, pois, a busca da verdade, onde quer que seja, o que nos dirige do sentido para a referência [...]. Vimos que a referência de uma sentença pode sempre ser procurada onde a referência de seus componentes esteja envolvida, e isto é sempre o caso quando, e somente quando, estamos investigando seu valor de verdade. Somos assim levados a reconhecer o valor de verdade de uma sentença como sendo sua referência (FREGE, 1978, p. 69).

Tentando problematizar a questão da ilogicidade, ou seja, do que representava erro de linguagem para Frege, Oliveira (2001b, p. 152) chama-nos a atenção para o fato de que “nem sempre falamos sobre indivíduos [ou objetos que realmente] existem no mundo” que entendemos por concreto. Em relação a Frege, Oliveira já admite a constituição de uma referência num mundo “irreal” que escape à delimitação. Isso se dá pela pressuposição de mundos de caráter onírico, lendário, mas, como Frege determinara, um mundo sempre prévia e independentemente fundado em relação a uma linguagem (sentidos) que venha a significá-lo.

Em sequência, veremos que essa diferenciação absoluta entre mundo e linguagem foi progressivamente suprida por perspectivas teóricas que, cada uma ao seu modo, propuseram que o mundo é aquilo que os discursos validam enquanto realidade. O mundo, como dimensão física e real, cede lugar para a noção de exterioridade constitutiva da enunciação, passível de sofrer recortes variáveis entre uma e outra perspectiva do dizer.

É com base em Ducrot, Foucault e Guimarães que veremos como a exterioridade lingüística vai deixando de ser entendida, ao longo do século XX, como uma dimensão mensurável, de propriedades ajustáveis umas às outras.

Além disso, é com base nesses teóricos que veremos como a subjetividade, a disputa pela palavra, o acontecimento do dizer, enfim, fazem parte da constituição de sentidos e da referência. Contemplaremos, com isso, os elementos necessários para o esboço da noção de modo de enunciação e sua relação com o gênero charge, objetivo central do nosso trabalho.

Ducrot (1984) conceitua a referência como um objeto que é instituído por um dizer. Diferentemente do que Frege havia postulado, uma referência não existe de maneira prévia e autônoma em relação a um dizer, defende Ducrot. Além disso, Ducrot participou de um momento teórico em que começavam a se solidificar os estudos da enunciação. Pela perspectiva colocada em debate, apontar para um referente não é apontar para um objeto da “realidade”, tal qual esta se propõe a ser evidente aos nossos olhos: “O referente de um discurso não é [...] como por vezes se diz, a realidade mas sim a *sua* realidade, isto é, o que o discurso escolhe ou institui como realidade” (DUCROT, 1984, p. 419).

Mesmo não sendo uma realidade *in situ*, mas aquilo que um dizer delinea enquanto realidade, Ducrot sugere que, na configuração de um referente, “não escapamos [...] a exigência, segun-

do a qual a palavra tem de conter, como seu elemento constitutivo, uma alusão a uma exterioridade” (1984, p. 419). Dessa maneira, prossegue afirmando que, “desde que haja [...] um dizer, há uma orientação necessária para aquilo que não é dizer”. Isso resulta num “estatuto ambíguo do referente”, conforme formulação de Ducrot: de um lado, o referente se coloca como alvo externo de um dizer e, portanto, “deve ser exterior ao discurso”; de outro, o apontamento de um referente passa, necessariamente, por um dizer “e, portanto, fica inscrito nele”. Instala-se aí o dilema: Por que externalizar o referente em relação a um dizer se este o institui? Como conhecer um referente senão por meio de um discurso que o configura?

De acordo com o que o próprio Ducrot (1984, p. 420) sugere, resolver o dilema da dupla face do referente requer o reconhecimento de que, mesmo oriundo de um discurso X, um referente é externo a esse discurso, porque não lhe é propriedade exclusiva, estando, pois, sujeito a outros dizeres: “A exterioridade do referente é garantida pela possibilidade de existência de grande número de outros discursos que, também, o visam” (1984, p. 420).

Nessa perspectiva, não cabe sustentar o raciocínio de que um referente é algo simples de se entender, ou, mesmo, de se delinear. Assim, retomamos o exemplo mencionado na seção anterior: O que é “Belo Horizonte” se, para conhecer este objeto, não basta mensurá-lo por dimensão, tamanho, localidade etc? Na perspectiva ducrotiana, Belo

Horizonte é o que as falas existentes sobre Belo Horizonte propõem que seja. Noutras palavras, Belo Horizonte, na ótica ducrotiana, “tem sua objetividade constituída pelo fato de várias falas falarem deste objeto” (GUIMARÃES, 1995, p. 73, em revisão a DUCROT, 1984). Esquemmatizando, perceberíamos uma seqüência de dizeres que convergem:

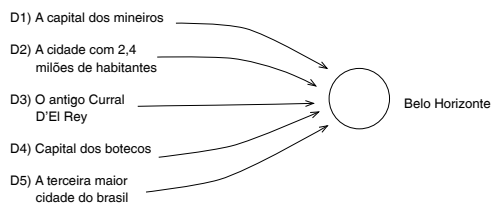


Figura 1 – A constituição da referência de Belo Horizonte de acordo com a perspectiva de Ducrot.

Em suma, com sua teoria enunciativa, Ducrot (1984) contribuiu com a tese de que o mundo não se resolve antes e independentemente das nossas descrições e das nossas narrativas, tese que tem servido de base para desdobramentos atuais sobre referência no campo de estudos da enunciação, notadamente, na perspectiva de Guimarães (1995, 2002).

Na perspectiva de Guimarães, a referência é uma entidade de natureza necessariamente simbólica, porque sua configuração se dá no interior de um acontecimento lingüístico. Essa natureza simbólica da referência ultrapassa os limites materiais do acontecimento em que se instala, na medida em que a língua, na ótica de Guimarães, não funciona autonomamente, mas afetada

por domínios históricos de enunciação, recortados num acontecimento do dizer. Nessa perspectiva, palavras, sintagmas, sentenças reportam a objetos que não são conhecidos meramente pela observação das estruturas da língua, tampouco delimitáveis em um mundo. Antes, é na intersecção dessas estruturas com um confronto de enunciações históricas – portanto, de saberes e de imaginários que já ressoam socialmente – que um referente se define.

Nessa perspectiva de referência, os domínios históricos de enunciação remetem a domínios de memória e às discursividades que sustentam as instituições sociais. Os lugares sociais de enunciação são sustentados pelas instituições. Depreende-se daí que os referentes são entidades de natureza histórica, pelo fato de procederem de enunciações históricas que formam a base de cada acontecimento enunciativo.

Nesse viés, trabalhamos com a tese segundo a qual os domínios históricos de referência são evocados no acontecimento enunciativo em diferentes graus, sob diferentes circunstâncias languageiras, a partir de diferentes lugares sociais ocupados pelos locutores.

Diria que o objeto é uma exterioridade produzida pela linguagem, mas não se reduz ao que se fala dela, pois é objetivada pelo confronto de discursos. Em que sentido isto se dá? No sentido em que o objeto é constituído por uma relação de discursos. A materialidade é este confronto. (GUIMARÃES, 1995, p. 74).

Logo, pensar na constituição de uma referência como uma entidade que é recortada do confronto de discursos (o interdiscurso) e que vem a figurar na materialidade de um acontecimento leva-nos a supor que a referência adquire, no percurso das enunciações em que figurou, um carácter marcadamente dissensual, conflituoso, movediço, instável. De acordo com Pêcheux (1988), a memória não é “uma esfera plana [...] de conteúdo homogêneo”, mas “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos [...] um espaço de réplicas, polêmicas [...]”. Entretanto, esse confronto requer da parte daquele que “o diz” um “jogo de esquecimento”, que implica, basicamente, o que Orlandi (2005, p. 34-35), em revisão a Pêcheux (1988), entende por esquecimento. Na atualidade do acontecimento enunciativo, por sua vez, o campo de referência agrega novas especificidades de significação, provocando deslocamento no percurso desse campo nas enunciações passadas.

Um breve balanço sobre a noção de referência nos indica que, quando enunciamos, reportamo-nos a objetos que parecem estar situados num mundo semanticamente neutro. Essa concepção guiou o modo de se conceber a relação entre as palavras e as coisas no decorrer da idade clássica, conforme salientamos acima. Foucault (2002, p. 456) leva-nos a entender que o “pensamento moderno” produziu significativos avanços no modo de se entender a relação entre a linguagem e as coisas após o período clássico. A “verdade” ou a “origem” das coisas passou a ser

questionada quando passou a vigorar, com predominância, uma concepção de “linguagem já desdobrada”, ou seja, uma linguagem que não é neutra, mas já “afetada”, já “marcada ideologicamente” por uma pluralidade de esferas sociais.

Dessa maneira, dispomos de uma linguagem que referencia um objeto socialmente multifacetado, porque disponível numa “rede já entabulada da compreensão” (2002), ou seja, uma rede de saberes, de conhecimentos e/ou de referentes que não figuram num único nó dessa rede e que, podemos assim dizer, não têm começo, tampouco fim. Uma rede que disponibiliza ao homem “conteúdos e formas mais antigas do que ele e que ele não domina” (2002). Foucault (2002, p. 455) postula que, quando o homem “tenta definir-se como ser vivo, só descobre seu próprio começo sobre o fundo de uma vida que por sua vez começara bem antes dele”. Nesses moldes, temos um sujeito que está inserido numa “rede de poder”, constituída num “tempo e [em] um espaço humano já institucionalizados, já dominados pela sociedade”. Trata-se de uma rede de saberes que nos permite falar sobre, ou seja, dessa rede de possibilidades de constituição de referência.

O conceito de cena enunciativa

Neste estudo, a noção de cena enunciativa é tomada como um espaço textual em que se efetiva a constituição de referência. É uma noção que come-

çou a ganhar contornos mais precisos na semântica da enunciação quando Guimarães (2002, p. 23) a apresentou como um espaço simbólico em que se daria a confluência de lugares sociais assumidos pelo locutor (p. ex. locutor-chargista, locutor-jornalista, etc.) com as representações que um lugar social implica. Segundo o autor, “uma cena enunciativa se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas”. Ainda, “a cena enunciativa é um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação” num dizer.

Ao falar em deontologia, Guimarães sugere que a cena enunciativa é um lugar simbólico por meio do qual passam a valer direitos e deveres que, em boa medida, visam a orientar a relação daquele que fala com aqueles para quem se fala, relação que demanda representações do locutor, com produção de efeitos de sentido. Daí é possível dizer que a cena enunciativa agencia locutores e enunciadores. A deontologia diz respeito, ainda, aos princípios histórico-sociais que orientam o(s) investimento(s) de um locutor com a construção de um arranjo de palavras, expressões, sentenças constitutivas de uma cena. Nesse sentido, a constituição de referência numa cena enunciativa não é um gesto individual, unicamente linguístico, tampouco aleatório, mas sujeito ao que entendemos por “deontologia da enunciação”, ou seja, constituir referência numa cena enunciativa é um gesto sujeito a dis-

sensões histórico-sociais que afetam toda e qualquer tomada da palavra.

Para Guimarães, vivemos num espaço político marcado pelo embate de uma diversidade de campos do saber (jurídico, político, educacional, desportivo, trabalhista, doméstico, etc.), cada qual apresentando finalidades, necessidades, normas que ora são comuns às de um outro campo, ora são singulares. Nesse sentido, entendemos que o espaço da enunciação não é um espaço homogêneo, mas heterogêneo, porque dividido em “especificações locais”, que são as cenas enunciativas.

Tais especificações do espaço enunciativo encontram explicação nas dissensões (conflitos) que se colocam entre uma e outra cena enunciativa do espaço do dizer, pois, para Guimarães, a assunção da palavra é algo marcadamente conflituoso. O dissenso é o que ele chama de “político”, a seu ver, fundamento das relações sociais:

[...] o político não é o que se fala sobre a igualdade, sobre direitos, etc. [...] o político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada. (GUIMARÃES, 2002, p. 16).

Assim, Guimarães entende que o espaço da enunciação é um espaço em que se dá a tomada conflituosa da palavra. “São espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer” (2002). São espaços em que, ao se integrar numa cena, o sujeito é tomado pelo que distingue essa cena de outras às quais ele não se vincula. Uma vez existindo essa divisão no espaço da enunciação, dividem-se, naturalmente, o “poder dizer” e o “dever dizer”:

E estar identificado pela divisão da língua é estar destinado, por uma deontologia global [do espaço da enunciação], a poder dizer certas coisas e não outras, a poder falar de certos lugares de locutor e não de outros, a ter certos interlocutores e não outros (2002).

Um outro aspecto de desdobramento do conceito de cena enunciativa é o fator tempo, isto é, temporalidade, nos termos de Guimarães. Para o autor, o tempo não é o *cronos*, tempo objetivamente mensurável em ano, mês, dia, hora, minutos, segundos, etc.

Nessa direção, Guimarães afirma que cada enunciação configura/instala o seu próprio tempo, na medida em que cada enunciação se faz de um presente que é, por sua vez, intersectado, de um lado, por um passado de enunciações diversas e, de outro, estabelece bases para a emergência de futuras enunciações: cada acontecimento enunciativo é um “novo espaço de convivibilidade de tempos”, já configurados e/ou a serem configurados em outras enunciações, a que, em sua totalidade, não tivemos ou teremos acesso. Para Guimarães, “a

temporalidade específica do acontecimento é fundamento da cena enunciativa” (2002). Nesse quadro, uma cena enunciativa é o espaço simbólico em que vislumbramos o encontro de uma temporalidade com diversas outras temporalidades. Noutras palavras, uma cena enunciativa se forma, justamente, nos encontros de enunciações diversas, cada qual sendo formada por uma gama de outras enunciações: rede de enunciações não linear, mas potencialmente ramificada e entrecruzada.

Quanto à relação do tempo com o sujeito que enuncia, Guimarães explica que tal relação será marcada por um desencontro: “O sujeito não fala no presente, no tempo, embora o locutor o represente assim, pois só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos [...]. Falar é estar nesta memória, portanto não é estar no tempo (dimensão empírica)” (2002, p. 14).

Diante do exposto, esperamos ter recuperado e desdobrado a noção de cena enunciativa como um espaço simbolicamente constituído. Simbólico, porque aquele que diz aí se simboliza pela(s) figura(s) do(s) enunciador(es) que ele representa. Da mesma forma, o tempo e o espaço aí se simbolizam, isto é, passam, respectivamente, de *cronos* e de lugar *in situ* à condição de temporalidade e de espaço enunciativo. Adiante, tentaremos mostrar como a noção de cena pode ser proveitosa para a noção de *texto*, objeto primário de nosso estudo.

Multiplicidade referencial do cruzamento da atualidade com o interdiscurso

Tendo em vista os conceitos de referência e de cena enunciativa, consideremos os fatos de linguagem a seguir, que trazem enunciados constitutivos de duas cenas de charge, cada qual trazendo enunciados característicos de conversas espontâneas.

Cena (I)



Fonte: *Isto é*, n. 1885, 30 nov. 2005, p. 30.

Genericamente, essa cena temporaliza acontecimentos de linguagem concernentes ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que nos conduz à análise da atualidade que constitui tal cena, bem como à análise dos domínios de memória que inter-vêm, constitutivamente, na constituição semântica dos enunciados.

A propósito da atualidade, o tempo presente dessa cena congrega enunciações relativas ao terceiro ano do primeiro mandato de Lula, quando, segundo informações não oficiais, ele pleiteava a conquista de um segundo mandato, a vigorar entre 2007 e 2011. Nesse sentido, consideramos que atualidade compreende os noticiários que a imprensa jornalística divulgara a respeito da transição presidencial e, mais especificamente, a uma reportagem sobre uma crise na economia brasileira, publicada na mesma edição em que a charge foi divulgada. Nessa reportagem, o editor reportava-se, de um lado, a um episódio que comprometia a permanência do ministro da fazenda Antônio Palocci no governo Lula; de outro, fazia menção à postura do presidente diante de tal episódio, o que comprometeria, também, a sua permanência no cargo.

Esse episódio pode ser compreendido, em boa medida, pela declaração da então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que desclassificava ferrenhamente a política de Palocci por considerá-la pouco flexível. Uma das justificativas dessa crítica era o baixo crescimento do produto interno bruto, mensurado em 3%, índice muito baixo

naquele momento do ano, se comparado aos de outros países emergentes, como China, Rússia, Indonésia, Argentina, dentre outros. Além disso, a taxa de desemprego em outubro daquele ano também comprometia a longevidade de Palocci no governo: segundo pesquisas do IBGE, quase não houvera abertura de vagas (9,6%) em novembro, mês próximo do Natal, período em que a oferta de empregos normalmente costuma aumentar, principalmente no comércio. Na ocasião, Lula teceu um elogio a Palocci, considerado por Rousseff como ridículo e incoerente: “Mexer no Palocci seria o mesmo que tirar o Ronaldinho do Barcelona. Ele é de uma competência acima da média das pessoas que já passaram pela Fazenda no Brasil” (ARRUDA; CUNHA, 2005, p. 26-29). Caso não retificasse em público o que declarara, o presidente poderia ver sua reeleição comprometida, já que o acontecido precedia o primeiro semestre de 2006, quando ele deveria buscar junto ao eleitorado brasileiro um favoritismo e uma credibilidade para lograr um segundo mandato.

Talvez se pudesse dizer, principalmente com a citação acima, da fala de Lula, e com o lide da reportagem “Índices sobre desemprego e renda dão sinais de que a política econômica perde fôlego e o ministro da Fazenda afrouxa a corda para não perder a majestade”, que a revista *Isto é* pretendia colocar mais ainda em relevo as críticas à declaração descuidada do presidente. A publicação da cena (I) é um dos indícios que temos para corroborar essa pretensão da revista, no sentido de que

as charges jornalísticas normalmente servem à pretensão de crítica.

Temos aí os primeiros elementos para se pensar no funcionamento do pronome “eu” na cena em análise. De acordo com a perspectiva teórica da enunciação que norteia a nossa discussão, a funcionalidade do pronome “eu” na charge não se estabelece unicamente em virtude da articulação do pronome com outros termos da superfície textual da cena. Além disso, na perspectiva teórica da enunciação, fazer análise do funcionamento do pronome “eu” na cena enunciativa (I) não é analisar como a circunstância comunicativa relatada orienta o uso do pronome na interlocução: “Analisar enunciativamente um texto não é considerá-lo no momento e lugar em que se deu, mas é analisar como a memória do discurso, o interdiscurso, faz funcionar a língua em um presente” (GUIMARÃES, 1999, p. 114).

Assim, podemos afirmar que a cena tem o investimento de um locutor que se coloca como observador crítico de acontecimentos, noticiados ou não. Enquanto locutor que fala de um lugar social arregimentado na prática do jornalismo de opinião, o chargista é aquele que procura “ampliar [a] base de compreensão dos fenômenos em seu interlocutor e ao mesmo tempo apresentar-lhe razões lógicas para compreendê-lo” (DA SILVA, 2003, p. 101), a propósito do jornalista que opera no terreno da opinião pública.

[...] o profissional que dá opinião deve ter consciência de que precisa estar preparado para aliar conhecimento de áreas diversas – história regional, brasileira e universal; geografia, antropologia, sociologia, só para citar algumas – à sua condição de observador privilegiado do campo noticioso (2003).

Na perspectiva da enunciação que norteia o nosso trabalho, falar num profissional que precisa “aliar conhecimento de áreas diversas” é reconhecer um locutor induzido em um gesto de fazer recortes simultâneos de domínios de referência (e de saberes, portanto) erigidos em diferentes campos do saber. No caso da cena, o locutor mobiliza referentes e sentidos consolidados em enunciações que circularam em, no mínimo, dois campos: o da política e o da sabedoria popular.

Além da referência a “objetos” circunscritos em domínios de memória interdiscursivos, esse gesto inclui, ao mesmo tempo, a referência a “objetos” circunscritos em dimensões textuais, o que resulta num caso de referência simultânea a diferentes valores, vale dizer, a diferentes percepções sobre um “objeto”.

No caso da cena em análise, o pronome “eu” é usado, basicamente, para fazer remissão a um “Lula presidencializável” e, ao mesmo tempo, a um “Lula não-presidencializável”, o que se dá por uma simultaneidade verificada em nível textual e, ao mesmo tempo, em nível interdiscursivo.

Quanto à interdiscursividade, o “eu” – Lula é amparado por domínios de memória sustentadores de enuncia-

ções que enalteceram a trajetória de Luiz Inácio Lula da Silva de cidadão comum a homem público, às quais provavelmente ele recorreria quando se aproximassem as eleições presidenciais de 2007.

Um desses domínios constituiu-se, por exemplo, de enunciações como o discurso de posse proferido em 1º de janeiro de 2003, pelo qual o locutor-presidente lançou o Programa Fome Zero, um dos pontos de apoio do locutor para se fazer passar como a esperança e a solução para problemas crônicos brasileiros, como a fome.

Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim².

Interessa, para o locutor-chargista, mobilizar sentidos como esse – de resolução dos antigos problemas brasileiros – e aproximá-los com a atualidade da charge, noticiada pela imprensa jornalística.

É a partir desse embate, isto é, do confronto da memória com a atualidade, que a articulação entre “eu” e “sou candidato” ganha pertinência na materialidade textual da cena, para se sugerir aos leitores que o “eu” de “eu sou candidato” referencia, simultanea-

mente, “um Lula presidenciável” e “um Lula não-presidenciável”.

Além disso, é a partir do embate entre memória/atualidade que uma análise de ordem puramente gramatical encontra os seus limites. Com efeito, o emprego do “eu” na cena em pauta não é uma mera atualização da cadeia de pronomes pessoais de que a língua dispõe. Além disso, não é um uso meramente com a função de substituir estruturalmente o referente-substantivo “Lula”. O “eu” articula-se com outros elementos da tessitura textual da cena (I), a saber, a expressão “Boca Fechada”, que, por sua vez, pode ser considerada um recorte de enunciações circunscritas em domínios da memória interdiscursiva.

Como exemplo, cabe-nos lembrar as enunciações emolduradas em épocas de consolidação da Bíblia Sagrada, a qual reúne versos escritos por Salomão a propósito da sabedoria humana. Como exemplo, vale ressaltar aqui o verso “Até o insensato passará por sábio, se ficar quieto” (Provérbios 17, v. 28a)³ para tornar corrente um conselho acerca do momento de um dever falar, suas conveniências e suas inconveniências, quando desrespeitado por alguém que não tenha comedimento ao se pronunciar.

Expressão ressonante disso foi e é continuamente produzida no âmbito da sabedoria popular. A título de ilustração, o domínio popular brasileiro, em suas mais variadas nuances locais, abriga as seguintes expressões: “Boca fechada não entra mosquito” (MG), “Cala-te boca” (MG), “Abafa o caso”

(MG), “Boca que fala, não mastiga” (MS), “Boca calada é remédio” (BA)⁴; no domínio popular castelhano, inclusive, dizia-se “No tener pepitas en la lengua”, para fazer menção a partículas presas na língua das galinhas, obstruindo-lhes o cacarejo. Quando não existissem, o cacarejo ficar-lhes-ia livre, solto e, provavelmente, descontrolado, incômodo, talvez pela desafinação dos sons produzidos.

Em resumo, temos um caso de funcionamento pronominal na charge que implica um locutor-chargista envolvido na “dupla possibilidade de ancoragem” (DIAS, 2005) do pronome a elementos demarcados na charge, nos noticiários e no interdiscurso, o que resulta na enunciabilidade multirreferencial de muitas cenas chargísticas, como parece ser o caso da cena (II).

Cena (II)



Fonte: *Folha de S. Paulo*, 11 abr. 2007, Caderno Opinião

Basicamente, a atualidade dessa cena constitui-se de acontecimentos de linguagem concernentes aos discursos sobre o aquecimento global. Mais especificamente, a cena tem como sua atualidade as previsões sobre as condições climáticas do planeta Terra, divulgadas em noticiários e, principalmente, no “Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática”.⁵

Conforme vimos na análise da cena (I), interessa-nos assinalar que em “Eu não estou nem aí!” a relação do pronome “eu” com o restante do enunciado em que este pronome figura é uma relação lingüística que não se sustenta por si mesma, ou seja, o “eu” do enunciado chargístico não tem como base única as suas propriedades morfossintáticas. Tampouco essa relação é, a nosso ver, uma mera substituição do pronome pelas figuras caricaturadas que encenam um diálogo na charge em questão. Isso implica que, assim como na cena anterior, uma análise do “eu” puramente gramatical seria uma análise com grandes prejuízos teóricos, tendo em vista o confronto de dizeres oriundos da atualidade da cena II com certos domínios interdiscursivos que nela intervêm constitutivamente.

Um desses domínios, por exemplo, traz à baila o hábito que não só os brasileiros, mas o ser humano em geral, tem de se eximir da culpa ou da participação responsável no âmbito dos interesses relativos a uma determinada coletividade. Ao se ler “Eu não estou nem aí”, acreditamos que esse “eu” é aquele que encapsula dizeres

de uma memória interdiscursiva como essa que mencionamos. Nesse sentido, podemos inferir que o funcionamento do “eu” na cena em questão é um funcionamento marcado pela tensão entre uma memória que arregimenta sentidos, como “eu não estou nem aí porque eu não fiz nada para que esse problema fosse agigantado”, e uma atualidade “reportada” em noticiários sobre a omissão de governos perante o problema do aquecimento global:

Pressão de políticos “suaviza” relatório [...].

A transformação do calhamaço de evidências científicas que é o sumário técnico em um resumo de poucas páginas voltado aos formuladores de políticas públicas nunca é um processo rápido e tranquilo, já que cada governo tenta incluir ou retirar dados e declarações de acordo com seus interesses (*Folha de S. Paulo*, 7 abr. 2007).

Ainda no tocante ao funcionamento do pronome “eu” na cena (II), entendemos que há um outro embate de memória e atualidade constituindo tal relação na cena. Desta vez, podemos pensar numa memória interdiscursiva que dispõe de referentes cujos sentidos trazem à tona uma “não-imediaticidade” que a maioria das autoridades competentes costuma dispensar na resolução de problemas graves de alcance público, como é o caso do problema do aquecimento global. Culturalmente, parece que há sempre um hábito de se “deixar para depois” o que se poderia resolver imediatamente. Em boa medida, esse domínio de interdiscursividade parece se confrontar com certa falta

de preocupação por parte do governo no trato do problema, tendo em vista que, na ótica de muitos especialistas, é a Europa e alguns países africanos que sofreriam as maiores consequências do aquecimento global: “De implicação para o Brasil, na parte de saúde, não tem nada. A Europa parece estar mais vulnerável”, diz Confalonieri” (*Folha de S. Paulo*, 7 abr. 2007).

Por último, não poderíamos deixar de tecer considerações sobre o importante papel das caricaturas na constituição de referência através do pronome “eu” na cena chargística II. Em uma charge jornalística, necessariamente a presença da caricatura tem de ser associada aos enunciados, uma vez que esse é um gênero que lança mão de figuras caricaturadas para encenar, vale dizer, para representar entidades políticas, institucionais e públicas, de um modo geral. No caso da cena (II), as caricaturas ilustram a figura de duas cidadãs de classe média alta que parecem pouco conscientes ou nada comprometidas em posturas preventivas contra o agravamento do aquecimento global no planeta. A nosso ver, tal ilustração não é utilizada despropositalmente, mas em virtude da necessidade que o chargista tem de deslizar entre diferentes âmbitos sociais para mobilizar referentes desloantes para uma mesma pessoa ou objeto.

No caso em questão, temos uma concomitância de dois âmbitos sociais para uma mesma questão: de um lado, as autoridades competentes para o trato da questão ambiental e, de outro,

as duas cidadãs que parecem pouco comprometidas com o problema do aquecimento, o que caracteriza, assim, mais um caso de multiplicidade referencial em cenas chargísticas, modo de enunciar este que não dispensa o uso de elementos caricaturais.

Outros aspectos da multirreferencialidade enunciativa

Tendo em vista as análises elaboradas, o que temos nas cenas enunciativas chargísticas são ocorrências de pronome pessoal afetadas por múltiplos e simultâneos gestos de referência a “entidades” situadas em dimensões textuais e interdiscursivas, o que envolve, indispensavelmente, a caricatura, elemento que, segundo Melo (2003, p. 165), é utilizado na charge “com sentido nitidamente opinativo”.

A partir disso, inferimos que, pelo uso da imagem e de outros referentes verbais, o locutor-chargista é aquele que pode enunciar em virtude de um “façamos de conta que assim aconteceu” ou que “isso foi dito”. Noutros termos, o locutor-chargista é aquele que precisa deslizar entre duas significações para uma mesma questão, como nas cenas analisadas. É com essa oscilação que o locutor-chargista participa da formação da opinião pública, a fim de sugerir o caráter dual, contraditório, das questões de interesse coletivo que são noticiadas diariamente.

É, pois, em virtude disso que o modo de constituição de referência nas cenas analisadas envolve uma “dupla

possibilidade de ancoragem” (DIAS, 2005, 2007) dos elementos textuais a escopos de referência situados na atualidade da cena chargística, bem como nos domínios interdiscursivos que as sustentam.

Antes de encerrarmos nossa discussão a respeito desse modo de enunciação que peculiariza a constituição de referência pelos pronomes pessoais, interessa-nos trazer aqui um mecanismo lingüístico com o qual a multirreferencialidade enunciativa parece guardar traços de familiaridade.

Em uma das fases da lingüística textual, Harweg (1968), citado em Bentes (2001, p. 247), havia apontado a existência de um fenômeno ao qual denominou de “múltiplo referenciamento”. Em passagens do tipo “Pedro foi ao cinema. Ele não gostou do filme”, a observação do pronome “ele” tinha como um de seus horizontes máximos a sua própria predicação “não gostou do filme”. Também estavam em pauta nessa observação as partes anteriores em que o “ele” aparece, a saber, o nome “Pedro” e a predicação “foi ao cinema” que este apresenta. Tudo isso acusava, na ótica de Harweg, a relação de co-referência que o pronome “ele” mantém com “Pedro”:

Esse movimento contribui para a construção da imagem do referente ‘Pedro’ por parte do ouvinte. Será a congruência entre as predicações feitas sobre o pronome e o próprio SN (“Pedro”), e não só a concordância de gênero e número, que permite afirmar que o pronome ele é co-referente de Pedro (BENTES, 2001, p. 248).

Para a época, pareceria muito pertinente e abrangente o registro de um fenômeno transfrástico como esse, visto que o múltiplo referenciamento era, nesse viés, um mecanismo para descrever as diferentes formas de um referente textual ser retomado ao longo de um texto. Contudo, o conceito de múltiplo referenciamento hoje deixaria a desejar, tendo em vista que o horizonte máximo em que é concebido é a malha textual.

Contrapondo-nos a essa limitação, a noção de multirreferencialidade enunciativa com a qual lidamos parte do princípio de que a organicidade da língua opera numa relação de dependência com o interdiscurso. Por isso, nunca é demais reiterar que a multirreferencialidade tem como característica básica a duplicidade/simultaneidade de domínios referenciais que intersectam um termo pontuado na horizontalidade de um arranjo sintático. A simultaneidade caracteriza, para nós, uma amplitude dos domínios de referência que coexistem e interagem, de forma contrastiva, na materialidade lingüística de uma cena chargística, propiciando, com isso, o deslizamento do locutor entre um e outro sentido para uma entidade nomeada.

À guisa de uma conclusão, podemos afirmar que um funcionamento desta natureza se justifica pelo fato de que, via de regra, toda cena chargica sugere, em sua materialidade, o lícito e o ilícito, o sério e o risível, o esperado e o inesperado, ou seja, elementos que, embora destoantes (a princípio), desempenham semelhante peso na

configuração e significação da expressão e de toda a cena. Disso resulta o efeito de ironia envolvido na enunciabilidade multirreferencial de uma cena chargica. Não que esse efeito seja imanente à materialidade lingüística. Pelo contrário, entendemos que os efeitos de sentido envolvidos numa cena são efeitos constituídos entre a sua atualidade e os domínios da memória interdiscursiva (GUIMARÃES, 1995, p. 70). Assim, o efeito de ironia constituído na e por uma charge serve ao propósito de se sugerir, por exemplo, o abismo que parece haver entre as propostas de boa governabilidade dos políticos em épocas pré-eleitorais e o seu descumprimento durante a execução do mandato.

Tudo isso visa a ser oferecido a uma ou a mais de uma comunidade específica de leitores. Nesse sentido, temos o chargista como a representação de um enunciador individual, mesmo que predicado por um lugar social, representação que lhe permite, inclusive, “assinar embaixo” daquilo que diz. Assim, o chargista instala o seu gesto de autoria.

Contudo, mesmo se representando dessa maneira, o chargista é o locutor que diz em nome de/para certa(s) coletividade(s). Sua voz, nesse sentido, apresenta dupla face, porque passa a representar, também, um “enunciador-coletivo [...] que se caracteriza por ser a voz de todos como uma única voz” (GUIMARÃES, 2002, p. 38). Isso se explica pelo eco das dúvidas, inquietações e críticas que todo mundo gostaria de debater publicamente em veículos

de amplo alcance coletivo, como é o caso de revistas semanais e jornais diários. E, ao fazer isso, o chargista se representa como o autor cujos dizeres candidatam-se para ser corroborados por todos quantos se vejam persuadidos, ou, no mínimo, incomodados com o que se diz numa charge, o que torna a charge jornalística um gênero de singular importância na forma(ta)ção da opinião em massa. O chargista Aroeira (apud AZEREDO, 2001, p. 154) corrobora essa idéia: “A charge tem um papel de catarse. Eu não acho que muda o mundo, não derruba ninguém, mas ajuda o leitor a ter, às vezes, uma vingança pessoal! ‘Era isso que queria dizer!’. Esse papel catártico da charge incomoda até mesmo o próprio jornal.”

De fato, se observarmos os componentes lingüísticos de uma cena chárstica, veremos que nela estão congregadas palavras, expressões, fotos, desenhos caricaturados, animais personalizados que mantêm alguma familiaridade, de um lado, com dizeres oriundos de diversos grupos populares, setores marginalizados, minorias injustiçadas, de outro, com dizeres marcados por algum tipo de interdição ou censura, como parece ser o caso daqueles proferidos nos âmbitos políticos e econômicos. Nesse sentido, haveria aqueles que diriam “é isso que eu não queria que os chargistas dissessem ou que não poderia ganhar projeção na comunidade”, o que, entretanto, acaba por se colocar como alvo dos chargistas.

Palavras finais

Esperamos ter caracterizado a multirreferencialidade, mecanismo pelo qual se instalam os elementos verbais e icônicos de uma cena chárstica. Sem considerar o modo de enunciação multirreferencial, acreditamos que a análise do pronome “eu” nas duas cenas chársticas ilustradas estaria rarefeita do ponto de vista semântico, primeiramente, porque as diferentes cenas expõem-se, cada qual, a atuações diferentes; em segundo lugar, porque as diferentes cenas são, cada qual, perpassadas por diferentes domínios interdiscursivos, o que implica um funcionamento do pronome “eu”, ao mesmo tempo, regular e distinto, dadas as injunções enunciativas determinantes de cada charge. Essas injunções, como vimos, dizem respeito, por exemplo, aos investimentos de dois diferentes locutores-chargistas, que em cada uma das charges deslizam entre as representações de enunciador individual e coletivo, o que lhes permite constituírem-se, enquanto autores das charges, pela via da assinatura e, ao mesmo tempo, pela via do mecanismo pelo qual se afasta da responsabilidade pelo “seu” dizer. Isso se dá na medida em que as falas são representadas como sendo originadas de personagens fictícios, aos quais não se pode imputar culpa. Há uma tensão entre o individual e o coletivo; são frouxos os limites entre o lugar social de chargista e outros lugares sociais existentes em nossa sociedade.

Enunciation and pronominal references: an analysis of journalistic charges

The text analyzes two charges published in Brazilian newspapers in this decade, with the aim of studying the role of the personal pronoun in the formation of reference. The theory that justifies the analysis is the Semantics of Enunciation. Under this theory, this paper develops the concepts of the enunciative scene and reference. The analysis shows that in the enunciative approach the pronoun allows for a good understanding of the relationship between the text of the charge and the other texts of the newspaper.

Key-words: Charge. Enunciation. Enunciative scene. Interdiscourse. Reference.

Notas

- ¹ Publicado pela primeira vez em 1892, p. 25-50 sob o título de *Über Sinn und Bedeutung und Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*.
- ² Trecho do discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 1º de janeiro de 2003. Disponível em: www.info.planalto.gov.br/exec/inf_discursosdata1.cfm. Acesso em: out. 2007.
- ³ BÍBLIA SAGRADA. Ver referência completa na bibliografia.
- ⁴ *Coletânea de provérbios e outras expressões populares brasileiras*. (VELLASCO, 1996). (ver em bibliografia).
- ⁵ Trecho retirado do relatório do IPCC-ONU, publicado em Paris em 2 fev. 2007.

Referências

- ARRUDA, D.; CUNHA, L. C. Palocci fica, mas economia despenca. *Isto É*, São Paulo, n. 1885, p. 26-9, 30 nov. 2005.
- AZEREDO, J. C. (Org.). *Letras & comunicação*. Uma parceria no ensino de língua portuguesa. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. p. 138-150.
- BENTES, A. C. Lingüística textual. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. *Introdução à lingüística – domínios e fronteiras*. v. 2. São Paulo: Cortez, 2001. p. 245-283.
- BÍBLIA SAGRADA. Traduzida em Português por João Ferreira de Almeida. Rev. e atual. no Brasil. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1988.
- DA SILVA, E. C. F. Jornalismo opinativo, ética e democracia – A importância da opinião no jornalismo para o aprimoramento democrático. *Cadernos da Escola de Comunicação Unibrasil*, Paraná, n. 1, p. 98-106, jul./dez. 2003.
- DIAS, L. F. Textualidade e gramática: relações em construção. In: RÖSING, T. M. K.; SCHONS, C. R. (Org.). *Questões de escrita*. Passo Fundo: UPF, 2005. p. 30-41.
- _____. Modos de enunciação e gêneros textuais: em busca de um novo olhar sobre gêneros de texto. In: FONSECA-SILVA, M. da C.; PACHECO, V.; LESSA-DE-OLIVEIRA, A. S. C. (Org.). *Em torno da língua(gem): questões e análises*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007. p. 317-329.
- DUCROT, O. Referente. In: *Enciclopédia Einaudi – Linguagem-enunciação*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. v. 2.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.

GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido*. Campinas: Pontes, 1995.

_____. Textualidade e enunciação. In: VALENTE, A. (Org.). *Aulas de português – perspectivas inovadoras*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 113-121.

_____. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.

MELO, J. M. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos do jornalismo brasileiro*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

OLIVEIRA, R. P. Significado: sentido e referência. In: _____. *Semântica formal: uma breve introdução*. Campinas: Mercado das Letras, 2001a. p. 93-128.

_____. Noções básicas para operar um sistema formal. In: _____. *Semântica formal: uma breve introdução*. Campinas: Mercado das Letras, 2001b, p. 129-174.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

http://www.info.planalto.gov.br/exec/inf_discursosdata1. <http://www.ipcc.ch/pdf/reports-nonUN-translations/portuguese/ar4-wg1-spm.pdf>. Acesso em: 2 out. 2007.

<http://www.deproverbio.com/DPbooks/VELLASCO/BRASILEIRO.html> (VELLASCO, 1996).